



DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARIA DE LOURDES

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO INFANTIL NO
MUNICÍPIO SEDE DA CAÁLA

CAÁLA 2023

MARIA DE LOURDES

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO INFANTIL NO
MUNICÍPIO SEDE DA CAÁLA**

Projecto Apresentado Ao Instituto Superior Politécnico Da
Caála, Como Requisito Parcial Para A Obtenção Do Grau De
Licenciatura Em História.

O Tutor: Oseias Rigoberto Balu, Lic

CAÁLA 2023

À minha família, dedico este trabalho de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela vida e por me conceder saúde durante a caminhada estudantil.

Ao meu Orientador **Oseias Rigoberto Balu, Lic.**, tutor deste trabalho, pela dedicação e empenho, por ser o mentor de ideias claras para a realização dessa investigação.

A Direcção do ISPC-Caála, por nos aturar nos momentos mais difíceis e ao coordenador do curso de História pela paciência;

Aos Professores do ISP-Caála pelo apoio prestado ao longo dos cinco anos da minha formação ao nível do Ensino Superior;

Aos funcionários administrativos do ISP-Caála;

À família pelo apoio incondicional, particularmente aos meus filhos pelo carinho e amor que sempre me dão;

A todos, os que de uma maneira directa ou indirecta contribuíram para que o sonho fosse realidade.

Muito obrigada!

Twapandula.

RESUMO

O presente relatório, tem como objectivo principal a criação de um centro infantil no Município sede da Caála. Apresenta um breve relato das instituições de atendimento à criança pequena, como também aponta os avanços significativos referentes às políticas educacionais. Por fim, apresenta a formação do professor infantil e a relevância do lúdico na infância. Para o desenvolvimento deste trabalho, optamos pela metodologia qualitativa, fazendo inferências por meio de pesquisas bibliográficas. Os resultados aqui obtidos apontaram que no Município da Caála não tem escolas infantis, onde hoje a Educação Infantil é vista com muita sagacidade e há necessidade de se criar um centro infantil, para contribuir na acção pedagógica do cuidar e educar como parte intrínseca do desenvolvimento da criança de zero a cinco anos, pois essa, segundo as leis que a rege actualmente, é reconhecida como cidadã e como sujeito de direitos, uma vez que a criança é vista como um ser completo e detentora de especificidades próprias. Entendemos que ao trazermos o tema em análise, podemos contribuir para intensificar o debate sobre as problemáticas ainda presentes nesse campo de actuação.

Palavras-chave: Criar. Centro. Infantil. Município. Caála

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Achas necessário a criação de um centro infantil no Município?	25
Gráfico 2 Levarias teu filho para um centro infantil, por falta de tempo?	26
Gráfico 3 os centros infantis contribuem para o desenvolvimento social e económico para o Município?.....	26
Gráfico 4 O centro infantil proporcionará alguns benefícios para os munícipes?.....	28
Gráfico 5 Trabalharias como uma educadora num centro infantil?	28

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA	9
1.2 OBJECTIVOS.....	10
1.2.1 Objectivos Geral	10
1.2.2 Objectivos Específicos.....	10
1.3 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....	11
2.1 CONCEITO DE CENTRO INFANTIL	11
2.2 RESENHA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO EM ANGOLA.....	13
2.3 QUALIDADE DE UM CENTRO INFANTIL	15
2.4 ESTRUTURA DE UM CENTRO INFANTIL E SUA CLASSIFICAÇÃO	17
2.5 IMPORTÂNCIA DE UM CENTRO INFANTIL.....	18
2.6 CUIDADOS E EDUCAÇÃO QUE SE DEVE TER NO CENTRO INFANTIL	19
2.7 CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DA CAÁLA.....	21
2.7.1 Breve historial do Município da Caála	21
2.7.2 Divisão Administrativa	22
2.7.3 Actividade Económica	22
2.7.4 Demografia	22
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
3.1 MÉTODO USADO NA PESQUISA.....	23
3.2 TIPO DE ESTUDO	23
3.3 LOCAL DO ESTUDO.....	23
3.4 AMOSTRAGEM	23
3.5 INSTRUMENTOS E COLECTA DE DADOS	24
3.6 ANÁLISE DE DADOS	24
4. DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	25
4.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO APLICADO ALEATORIAMENTE	25
5. PROPOSTAS DE SOLUÇÕES	29
6. CONCLUSÕES.....	30

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31
ANEXOS.....	33
APÊNDICE N°1	34

1. INTRODUÇÃO

O presente projecto como requisito do grau de licenciatura em História, tem como o tema: “Proposta de Criação de um Centro infantil no Município Sede da Caála”. Dizer que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade principal o desenvolvimento integral das crianças de até 5 anos de idade, complementando a acção da família e da comunidade.

Mesmo que se reconheçam os avanços desse segmento da educação, pesquisas têm mostrado que não há uniformidade quanto ao acesso das crianças entre 0 e 5 ao ensino formal, uma vez que há disparidades quanto à faixa etária, à etnia, à localização geográfica e à renda familiar dos pequenos alunos. Afora isso, as instituições são bastante heterogêneas em relação à oferta desse tipo de educação (PINTO, 2009; VIEI- RA, 2010, 2011; CAMPOS e ESPOSITO, 2011). São ainda fragmentadas as orientações e a operação dos sistemas ou redes

de ensino pelos municípios, além do que sobressaem as desigualdades na oferta e na manutenção desse segmento, no país.

Prioridades diferentes são conferidas a essa etapa da educação básica e nem sempre são consideradas as orientações nacionais e nem as oferecidas pelos sistemas municipais. Ainda no que se refere à educação infantil, destacamos a efectivação do princípio de gestão democrática nas instituições de ensino. Sabemos que a gestão escolar é um processo que pressupõe um esclarecimento dos sujeitos quanto à complexidade do trabalho pedagógico e uma percepção sobre a importância da contribuição individual e colectiva para a sua realização.

Mais do que isso, é preciso ter a clareza de que a prática democrática de gestão está relacionada, principalmente, aos processos de participação e à consequente articulação dos atores escolares dentro e fora das unidades educacionais (FERREIRA e CORRÊA, 2013).

Para o município sede da Caála, o serviço de centros infantis é próspero e é rentável, já que sempre a oferta e a procura é maior. Centros infantis servem principalmente para agrupar as acções pedagógicas, de modo que tenham uma educação sustentável e não só.

1.1 Descrição da situação problemática

A razão da escolha do tema é para mitigar os problemas da população do Município da Caála, no que diz respeito a falta de centros infantis, mesmo sabendo que elas ocupam um

espaço muito primordial no desenvolvimento de uma criança e não só, pois funcionam como um espaço de aprendizagem para as crianças, cumprem o papel de transmissores do conhecimento. O Município da Caála, enfrenta um problema muito preocupante na falta de centros infantis. O município sede da Caála, jamais conheceu um serviço activo de Centros infantis de modo a atrair outros investidores, mas pelo que temos estado a verificar o investimento por esse ramo, pode gerar um desenvolvimento sócio-económico no Município para facilitar a população.

1.2 Objectivos

1.2.1 Objectivos Geral

Criar um centro infantil para o bem da comunidade do município sede da Caála.

1.2.2 Objectivos Específicos

- a) Identificar o local para criação do centro infantil;
- b) Elaborar um conjunto de acções na divulgação do centro infantil do município sede da Caála;
- c) Executar as acções de criação do centro infantil.

1.3 Contribuição do trabalho

Com o presente projecto, procura-se em primeiro lugar investir num centro infantil, visto que é um Município vasto e desenvolvido mas não tem esses serviços, por isso, implementaremos um centro, para facilitar a comunidade que tanto procura pelos serviços que contribuem no desenvolvimento intelectual dos seus filhos. Este salto para a sociedade da informação ampliará a educação e a formação com bons padrões que os munícipes tanto anseiam. Ademais, contratar-se-á educadoras infantis para trabalharem no centro ora a implementar, para diminuir o índice de desemprego no município.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1 Conceito de centro infantil

O centro infantil, é uma instituição vocacionada a cuidar as crianças. É um ambiente acolhedor, que oferece cuidados e assistência às crianças cujos pais ou responsáveis precisam trabalhar e contam com esses espaços para garantir o cuidado de seus filhos durante a maior parte do dia. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade principal o desenvolvimento integral das crianças de 3 meses até 5 anos de idade, complementando a acção da família e da comunidade.

Mesmo que se reconheçam os avanços desse segmento da educação, pesquisas têm mostrado que não há uniformidade quanto ao acesso das crianças entre 3 meses e 5 ao ensino formal, uma vez que há disparidades quanto à faixa etária, à etnia, à localização geográfica e à renda familiar dos pequenos alunos. Afora isso, as instituições são bastante heterogéneas em relação à oferta desse tipo de educação (PINTO, 2009; VIEIRA, 2010, 2011; CAMPOS e ESPOSITO, 2011)¹. São ainda fragmentadas as orientações e a operação dos sistemas ou redes de ensino pelos municípios, além do que sobressaem as desigualdades na oferta e na manutenção desse segmento, no país.

Prioridades diferentes são conferidas a essa etapa da educação básica e nem sempre são consideradas as orientações nacionais e nem as oferecidas pelos sistemas municipais. O acesso à pré-escola já é mais significativo, contudo se encontra ainda distante da meta de universalização prevista pelo actual Plano Nacional de Educação (PNE). Como pontuam Corsino e Nunes (2010), há uma série de desafios a serem superados pelos municípios, quanto ao processo de educação nas creches e pré-escolas no sentido de se avançar de uma perspectiva assistencial para uma acção pedagógica que venha a, sobretudo, articular cuidado e educação. Ainda no que se refere à educação infantil, destacamos a efectivação do princípio de gestão democrática nas instituições de ensino.

Sabemos que a gestão escolar é um processo que pressupõe um esclarecimento dos sujeitos quanto à complexidade do trabalho pedagógico e uma percepção sobre a importância da contribuição individual e colectiva para a sua realização. Mais do que isso, é preciso ter a clareza de que a prática democrática de gestão está relacionada, principalmente, aos processos

¹ (PINTO, 2009; VIEIRA, 2010, 2011; CAMPOS e ESPOSITO, 2011)¹.

de participação e à conseqüente articulação dos atores escolares dentro e fora das unidades educacionais (FERREIRA e CORRÊA, 2013).

Além da participação, a autonomia na organização do trabalho pedagógico caracteriza-se como um elemento fundamental à prática democrática de gestão. A autonomia da escola está ligada à sua capacidade e a sua liberdade de tomar decisões a partir da sua realidade, de organizar sua estrutura e seu cotidiano de forma condizente com as suas necessidades. Isto porque o processo de tomada de decisão que define as acções da escola em relação ao seu funcionamento interior e a como ela vai lidar com seu entorno deve considerar as peculiaridades de cada instituição.

A Educação Infantil deve ser entendida em amplo sentido, pois ela pode englobar todas as modalidades educativas vividas pelas crianças pequenas na família e na comunidade, antes mesmo de atingirem a idade da escolaridade obrigatória. Diz respeito tanto à educação familiar e a convivência comunitária, como a educação recebida em instituições específicas (PROINFANTIL, 2005). Segundo Kuhlmann, (2003, p.469):

“Pode-se falar de Educação Infantil em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva. Mas há outro significado, mais preciso e limitado, consagrado na Constituição Federal de 1988, que se refere à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade. Essas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários países do continente europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização”.

Vista num sentido mais restrito, portanto, a Educação Infantil designa a frequência regular a um estabelecimento educativo exterior ao domicílio, ou seja, trata-se do período de vida escolar em que se atende pedagogicamente crianças entre 3 meses e 5 anos de idade em Angola, lembrando que nesta faixa etária as crianças ainda não estão submetidas a obrigatoriedade escolar.

A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, complementando a acção da família e da comunidade. É importante ressaltar que a Educação Infantil tem uma função pedagógica, um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia através de

actividades que tem significado concreto para a vida das crianças, e simultaneamente asseguram a aquisição de novos conhecimentos.

Diante disso é importante que o educador na Educação Infantil preocupe-se com a organização e aplicação das actividades contribuindo assim para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.32) relata:

Cabe ao professor individualizar as situações de aprendizagem oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afectivas, emocionais, sociais, cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e as individualidades de cada criança.

Em outras palavras, deve-se considerar que as crianças são diferentes entre si, que cada uma possui um ritmo de aprendizagem. Por isso o professor deve estar preparado para propiciar às crianças uma educação baseada na condição de aprendizagem de cada uma, considerando-as singulares e com características próprias. Portanto, o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais é compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.23), deixa claro que a instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que frequentam, indiscriminadamente, elementos de cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social.

2.2 Resenha histórica da educação em Angola

O sistema de educação, herdado do período colonial, estendeu-se até 1978, quando foi implementado um novo sistema de educação, causando assim uma significativa expansão escolar. Freitas (2014) refere que o novo sistema de educação estava organizado em três padrões de ensino, tais como:

1) O ensino de base, com oito classes, subdividido em 3 níveis de ensino.

O I nível - da 1ª a 4ª classe; o II nível – da 5ª e 6ª classes e o III nível - da 7ª e 8ª classes;

2) O ensino médio, constituído por 4 classes (9ª, 10ª, 11ª e 12ª);

3) O ensino superior, constituído por 4 a 6 classes.

Na primeira república, o sistema de educação e ensino é entendido como o conjunto de todos os estabelecimentos que laboram para a educação e ensino dos cidadãos. Neste sentido, pode dizer-se que o processo de educação e ensino angolano era formado pelas seguintes instituições educativas (Zau, 2002):

1º Instituições pré-escolares;

2º Escolas do ensino de base;

3º Institutos de ensino médio;

4º Institutos de ensino superior (Institutos Superiores, Academias de Arte);

5º Escolas especiais e estabelecimentos para crianças deficientes;

6º Instituições para a instrução de adultos e aperfeiçoamento profissional, e ainda por centros de Formação de trabalhadores.

No ano lectivo de 1996, quase 70% das crianças em idade escolar (dos 6 aos 14 anos) arriscavam-se a ser analfabetas por falta de acesso à escola. Estimava-se que a percentagem de analfabetismo, em Angola, era de 60%. Foi neste cenário desfavorável que foram dados os primeiros passos para a preparação da 2ª Reforma do Sistema de Educação, em Angola. Em 2001, a Assembleia Nacional da República aprovou a Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 13/01, de 31 de Dezembro). Para justificar a implementação da uma nova reforma educativa, o Ministério da Educação defendeu que a implementação dos programas curriculares introduzidos na 1ª reforma (1986) não tinha sido bem-sucedida, ao verificar o desfasamento entre os objectivos propostos, os recursos existentes e os meios disponíveis que terão sido mobilizados, nessa época, o que terá comprometido a sua maior efectivação (Governo de Angola, 1988, citado em Paxe, 2014). Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, o Projecto de Sistema de Educação actual tem estado a ser preparado numa situação económico-social difícil, com financiamento praticamente nulo, ante a vasta quantidade de necessidades educativas. Por esta razão, não foi possível ampliar a rede escolar e apenas algumas dezenas de escolas foram remodeladas e construídas, sobretudo na província de Luanda (capital do país), onde foi dada a primazia da fase experimental da Reforma Curricular (INIDE, s.d).

A história da educação infantil é relativamente recente no país. Foi nas últimas décadas que o atendimento a criança menor de sete anos de idade em creches e pré-escolas nasceu mais significativa e aceleradamente. Esse crescimento é motivado pelo aumento da demanda por instituições de educação infantil decorrente da inserção, cada vez maior, da mulher no mercado de trabalho.

2.3 Qualidade de um centro infantil

Os conceitos de qualidade, em geral, estão associados a questões pragmáticas e abstractas e distantes das reais expectativas e necessidades dos usuários e da comunidade local. Possível considerar que a prática tradicional do projecto não atenta que as variáveis da qualidade devem ser a percepção dos usuários (administradores, professores, funcionários, comunidade e estudantes) em relação ao atendimento de suas expectativas:

- a) Aumentando a expectativa, mais exigido e a qualidade diminui;
- b) Aumentando a percepção (sensão) do que oferecido, a qualidade aumenta;
- c) Medida que existe maior correspondência entre a oferta e a demanda por qualidade, reduzem-se os riscos de desperdício (excesso de oferta) e de insatisfação (excesso de demanda).

Como refiro ao argumento em favor da necessidade de um novo enfoque para a definição das directrizes, estratégias e procedimentos de concepção dos edifícios escolares, cabe ressaltar que na “Europa na última década do século XX, o discurso sobre a qualidade da educação ocupou um espaço significativo no debate educacional e informou muitas das políticas implantadas no quadro das reformas educacionais nos diversos países. Sucedendo a um período de significativa expansão de matrículas na educação básica, com a crescente presença de alunos das classes populares nos bancos escolares, houve um deslocamento das preocupantes com a democratização do acesso para a ênfase nas questões de permanência” (CALAVERA, 1993).

Esse deslocamento do foco na desigualdade de acesso para a qualidade do ensino explica-se também pela necessidade de os governos realizarem o que Almerindo Afonso chama de gestão da crise.

Muitos estudiosos têm analisado criticamente essas tendências, o que vem permitindo uma evolução do debate nos anos mais recentes. Casassus (2002) e Enguita (1994) chamam a atenção para o risco presente nesse deslocamento do discurso que substitui a preocupação com

a igualdade pelo foco na qualidade, principalmente em contextos de desigualdade social, nos quais os processos de exclusão acontecem tanto dentro como fora da escola. Nesse sentido, recuperam um debate desenvolvido em décadas passadas, que opunha a preocupação com qualidade exigência da quantidade, ou seja, democratização do acesso educação (BEISIEGEL, 1981). Apple (2000) mostra como a importação de critérios de qualidade baseados na lógica do mercado, que incentivam a competição entre escolas, premiam os professores de acordo com os resultados dos alunos e equiparam as famílias a consumidores de produtos e serviços, tende a ampliar as desigualdades nas escolas. Outros autores argumentam que a qualidade da educação não se mede somente pelos resultados obtidos pelos alunos nos testes de aprendizagem, mas também pelo processo educativo vivido na escola, que envolve aspectos mais amplos de formação para a cidadania, o trabalho e o desenvolvimento da pessoa.

Por sua vez, o respeito diversidade cultural e a consideração das realidades locais, reivindicados por diversos movimentos sociais, no bojo de um questionamento sobre a imposição de critérios estabelecidos unilateralmente a partir da lógica dos grupos dominantes, reforçam a demanda por processos mais participativos de definição e aferição da qualidade da educação.

Esse debate mais recente ampliou os contornos do tema da qualidade, sem que isso signifique um abandono da preocupação com as necessidades básicas de aprendizagem que a escola deve atender, mas situando o processo de construção do conhecimento na escola no contexto social mais amplo e numa perspectiva de desenvolvimento humano integral, nos planos pessoal e colectivo. Além disso, o questionamento sobre quem define o que é uma educação de qualidade reforça a necessidade de que esse processo contemple uma negociação ampla na sociedade e uma flexibilização de critérios que reserve espaço para os contextos locais, a pluralidade de valores e as diversas identidades sociais.

Recomendamos que a instituição de educação infantil constitua um grupo para organizar o processo, planejar como será feita a mobilização da comunidade, providenciar os materiais e o tempo necessários, além de preparar espaços para as reuniões dos grupos e plenária final.

A mobilização da comunidade para participar da avaliação é o primeiro ponto importante no uso dos indicadores. Quanto mais pessoas dos diversos segmentos da comunidade se envolverem em ações para a melhoria da qualidade da instituição de educação

infantil, maiores serão os ganhos para as crianças, para a sociedade e para a educação brasileira. Por isso, é muito importante que todos os segmentos da comunidade sejam convidados a participar, não somente aqueles mais actantes no dia-a-dia. O grupo responsável pela preparação da instituição para a avaliação deve usar a criatividade para mobilizar pais e mães, professoras/es, funcionárias/os, conselheiros tutelares e da educação e outras pessoas da comunidade. Cartas para os pais, faixa na frente da instituição, divulgação no jornal, no transporte público ou na rádio local e discussão da proposta com as crianças são algumas possibilidades.

2.4 Estrutura de um centro infantil e sua classificação

A instituição de educação infantil deve estar organizada de forma a favorecer e valorizar essa autonomia da criança. Para isso, os ambientes e os materiais devem estar dispostos de forma que as crianças possam fazer escolhas, desenvolvendo actividades individualmente, em pequenos grupos ou em um grupo maior. As professoras devem actuar de maneira a incentivar essa busca de autonomia, sem deixar de estar atentas para interagir e apoiar as crianças nesse processo.

Os ambientes físicos da instituição de educação infantil devem reflectir uma concepção de educação e cuidado respeitosa das necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos seus aspectos: físico, afectivo, cognitivo, criativo. Espaços internos limpos, bem iluminados e arejados, com visão ampla do exterior, seguros e aconchegantes, revelam a importância conferida às múltiplas necessidades das crianças e dos adultos que com elas trabalham; espaços externos bem cuidados, com jardim e áreas para brincadeiras e jogos, indicam a atenção ao contacto com a natureza e à necessidade das crianças de correr, pular, jogar bola, brincar com areia e água, entre outras actividades.

O mobiliário deve ser planejado para o tamanho de bebés e de crianças pequenas: é preciso que os adultos reflectam sobre a altura da visão das crianças, sobre sua capacidade de alcançar e usar os diversos materiais, arrumando os espaços de forma a incentivar a autonomia infantil. Os aspectos de segurança e higiene são muito importantes, mas a preocupação com eles não deve impedir as explorações e iniciativas infantis.

Os bebés e crianças pequenas precisam ter espaços adequados para se mover, brincar no chão, engatinhar, ensaiar os primeiros passos e explorar o ambiente. Brinquedos adequados

à sua idade devem estar ao seu alcance sempre que estão acordados. Necessitam também contar com estímulos visuais de cores e formas variadas, renovados periodicamente.

Assim, a noção de edifício escolar saudável passa necessariamente pela adequação de seus edifícios ao meio ambiente, bem como pela promoção da interacção entre o espaço físico, o projecto pedagógico e o desenvolvimento infantil. Segundo as recomendações da Unesco (1998; 2001), o prédio escolar, [...] deve ser seguro e atraente em termos de seu projecto global, funcionalidade no lay-out; deve dar condições para que seja efectivamente possível um ensino efectivo, actividades extracurriculares em especial em áreas carentes e rurais actuando como um centro comunitário. Deve ser construída a escola em conformidade com padrões sanitários, tendo durabilidade, adaptabilidade e deve requerer uma manutenção económica.

2.5 Importância de um centro infantil

Os Centros de Educação Infantil possuem um papel muito importante em nossa sociedade: a função de cuidar e educar as crianças. Estes Centros passam cerca de oito horas diárias cuidando das crianças enquanto os pais trabalham. Então o processo educativo/pedagógico deve ser bem desenvolvido. Entretanto, não substituem o papel dos pais.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança [...], em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a acção da família e da comunidade. (p.24). Muitas pessoas julgam os Centros de Educação Infantil como um ambiente que só recebe crianças de classe baixa. No entanto, os mesmos recebem crianças de todas as classes sociais, desde a classe baixa até a classe média alta, as quais recebem alimentação balanceada, bem como a educação segue as normas da legislação e procura implementar o Projecto Político Pedagógico, tanto na parte do educar, cuidar e brincar.

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras, e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal [...]. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afectivas, emocionais estéticas, e éticas, na perspectiva de contribuir para formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p.23).

Dessa forma, cabe ressaltar no que se refere ao educar nesse espaço educacional, a criança desenvolve a interação com os demais colegas, podendo assim socializar-se melhor, proporcionando à aprendizagem em situações diárias, como por exemplo, brincadeiras direccionadas, faz-de-conta, deixando-a interagir e relacionar-se com o espaço e as pessoas ao seu redor.

Referente ao cuidar, faz parte dos diversos contextos da educação, o mesmo valoriza o desenvolvimento da criança, o qual o professor de educação infantil deve proporcionar condições para que as crianças observem fenómenos, relatem acontecimentos, troquem informações. Assim, é necessário observar e considerar as necessidades dos pequenos. [...] cuidar da criança e, sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento [...]. Isso inclui interessar-se pelo que a criança sente, pensa o que ela sabe sobre si e sobre o mundo visando à ampliação desse conhecimento e de suas habilidades [...]. (BRASIL. 1998, p. 25)². Em relação ao brincar, é extremamente importante proporcionar sua capacidade de criar e imaginar. Além de submeterem-se ao controle voluntário, a coordenação e o equilíbrio, desenvolvendo e integrando-se ao aprendizado sensório-motor e desenvolvimento simbólico, cognitivo e a socialização da criança. “Nas brincadeiras, as crianças transformam os acontecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brincam”. (BRASIL, 1998, p.27). Sendo assim, os Centros de Educação Infantil possuem uma representação muito importante em nossa sociedade, além de cuidar, educar e brincar, os mesmos auxiliam no desenvolvimento cognitivo, motor, afectivo e estimulação da criança entre outros.

2.6 Cuidados e educação que se deve ter no centro infantil

De acordo com Oliveira (2007 p. 15.) a educação de crianças pequenas vem ganhando importante dimensão na sociedade actual. Essa, cada vez mais, considera as crianças como seres “curiosos e activos, com direitos e necessidades”. A autora destaca ainda que essa concepção, “rompe com a tradição assistencialista historicamente presente na constituição da área, em particular quando se trata do atendimento feito a crianças oriundas de famílias de baixa renda”.

Dessa forma, o professor deve estar em permanente estado de observação e cuidado para que não transforme as acções em rotinas mecanizadas, guiadas por regras. Consciência é

² (BRASIL. 1998, p. 25)².

a ferramenta de sua prática que, embaçada teoricamente, inova tanto a acção quanto à própria teoria. Segundo Donohue-Colleta (apud Evans, 1993, p. 3)³ as necessidades das crianças de 0 a 6 anos se resumem da seguinte forma: Crianças de 0 a 1 ano necessitam: protecção para perigos físicos; cuidados de saúde adequada; adultos com os quais desenvolvem apego; adultos que entendam e respondam a seus sinais; coisas para olhar, tocar, escutar, cheirar e provar; oportunidades para explorar o mundo; estimulação adequada para o desenvolvimento da linguagem.

Crianças entre 1 e 3 anos necessitam todas as condições acima e mais: apoio na aquisição de novas habilidades motoras, de linguagem e pensamento; oportunidade para desenvolver alguma independência; ajuda para aprender a controlar seu próprio comportamento; oportunidades para começar a aprender a cuidar de si próprias; oportunidades diárias para brincar com uma variedade de objectos. Crianças entre 3 e 6 anos (e acima desta idade) necessitam todas as condições acima e mais: oportunidade para desenvolver habilidades motoras finas; encorajamento para exercitar a linguagem, através da fala, da leitura, e do canto; actividades que desenvolvam um senso de competência positivo; oportunidades para aprender a cooperar, ajudar, compartilhar; experimentação com habilidades de pré-escrita e pré leitura.

Essa relação sugere que, desde o início de seu desenvolvimento, a criança requer uma gama ampla de condições, contactos e estímulos, por parte do ambiente que a cerca. Como salienta as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (2009, p.10) ao afirmar que: Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. Educar de modo dissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objectos, observando, nomeando objectos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc.) e construir sentidos pessoais e significados colectivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer do professor ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças.

Cuidar e educar implica reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser humano não ocorre em momentos e de maneira compartimentada. Portanto, na Educação Infantil, o ato de cuidar e educar são indissociáveis. Não tem como

³ Donohue-Colleta (apud Evans, 1993, p. 3)³

separar essas duas acções. O cuidar e o educar estão nas coisas mais simples da rotina pedagógica da Educação Infantil.

De acordo com Ferreira (2008, p.279)⁴, cuidar significa: “[...] aplicar a atenção, o pensamento, a imaginação. Ter cuidado. Fazer os preparativos. Prevenir-se. Ter cuidado consigo mesmo.” Em relação ao educar, Ferreira (2008, p.334) propõe tais significados: “[...] promover o desenvolvimento da capacidade intelectual, moral e física de (alguém), ou de si mesmo”. Dessa forma, a Educação Infantil tem como propósito atender às crianças de maneira que o cuidar e o educar esteja simultaneamente articulado.

2.7 Caracterização e localização geográfica do Município da Caála

O Município da Caála localiza-se na parte central da Província do Huambo, tendo como limites a norte o Município da Ecuinha, a Leste o município do Huambo, a Sul o Município do Chipindo e a Oeste os Municípios de Longonjo e Caconda. (PESSELA 2021,p.9).

2.7.1 Breve historial do Município da Caála

Em meados de 1912 chegou a Caála a linha do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), factor que contribuiu par o desenvolvimento do povoado que, até então, era um pequeno acampamento junto de uma aldeia antiga cuju Soba se chamava Cahala Mbita, emergindo nesta altura como povoação.(PESSELA 2021,p.9).Com uma extensão territorial de 3.680km², o Município da caála, segundo reza a história,comessou a ser habitada em 1900. Ibid p.9.

O povoado que os pioneiros ergueram por baixo do Mote Mbanjela em território da Mangumbala, adoptou o nome de Caála por proposta de Antero Gavino do Rego, que em virtude deste, juntamente com os seus compatriotas terem reconhecido o Soba Kahalacomo a elite máxima, por possuir grandeza de espírito e atributo de chefia, pelos quais merecia o respeito do seu povo e dos próprios portugueses. Ibid p.9.

A sanzala situava-se na antiga salsicharia, facto que fez com que os primeiros comerciantes se terem instalado neste local que mais tarde, terá sido designado Caála velha ou Caála de baixo. Ibid pp.9 e 10.Na época colonial, muito antes dos portugueses chegarem a este território da Caála, os autóctones já estavam organizados, já viviam em sobados e ombalas e já estavam em organização de mandatos de chefia. Quando o colono chegou, em 1913 a 1914 era

⁴ Ferreira (2008, p.279)⁴

o Soba Grande chamado Kahala, que controlava os residentes do Muangunja, Ngumbe, Chikualula, Cassupi e Sakanombo, e tantos outros. Chimuco 2021) apud(PESSELA 2021, p.11).

2.7.2 Divisão Administrativa

Administrativamente o município da Caála é constituído por quatro comunas, nomeadamente: a Comuna Sede, Calenga, Catata e Cuima. (António 2014, p.19).

2.7.3 Actividade Económica

Após o alcance da independência no país, os principais empreendimentos económicos estavam sob o controle de multinacionais dos EUA, da Antiga Alemanha federal, do Japão ou ligadas à antiga metrópole”. Desde os primórdios, a principal actividade económica foi e continua a ser a agricultura. (NETO, 2010, p. 189).

2.7.4 Demografia

O crescimento Demográfico, a população do Município da Caála cresceu de 279,792 para 331,223 habitantes, nos últimos tres anos cifra que corresponde a dois por cento.(Jornal de Angola Abril 2022 p.9).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste projecto ajudaram-nos na solução e busca de informação pertinente a respeito sobre a proposta de criação de um centro infantil do município sede da Caála, uma vez que estes jogam um papel fundamental na formação e organização na construção da educação infantil, sendo que estes métodos são caminhos para chegar a uma determinada conclusão a respeito do estudo aqui invocado.

3.1 Método Usado na pesquisa

Como método, utilizamos o inquérito por questionário que ajudou-nos a buscar a informação sobre a proposta de criação do centro infantil no município da Caála e as idades compreendidas para os questionários são de 25 a 45 anos de idades, é um método bastante importante no processo de investigação, serve para gravar informações sobre o assunto em estudo, uma vez que permitiu buscar dados para a compreensão do problema que se pretendeu resolver.

3.2 Tipo de estudo

Este estudo tem um carácter qualitativo descritivo. A opção por tal tipo de análise se deu devido ao facto de que ela envolve a obtenção de dados sobre pessoas, lugares e processos interactivos, pelo contacto directo do pesquisador procurando compreender os fenómenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995). Enquanto ao cunho descritivo tem por objectivo a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2010), tal como o estudo nos leva a retratar sobre um problema que apoqueta a população do Município da Caála.

3.3 Local do estudo

A pesquisa será desenvolvida no município da Caála, que está localizado na Província do Huambo.

3.4 Amostragem

Quanto a mostra, trabalhamos com a população do Município da Caála, que com suas opiniões contribuíram no presente estudo e participaram conforme o seu interesse e

disponibilidade e a amostragem foi composta por todos os que aceitaram participar da Pesquisa. Assim, a validade da amostra está na sua potencialidade de objectivar o objecto empiricamente, em todas as suas dimensões (MINAYO, 2008).

3.5 Instrumentos e colecta de dados

A colecta de dados foi realizada por meio um inquérito por questionário, conforme veremos no APÊNDICE. Organizamos um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que em estudo que permitiu, aos entrevistados falar livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal (GERHARDT; TOLFO, 2009). A entrevista foi pensada com o intuito de obter informações de forma livre, não padronizada em 20 pessoas com o conhecimento de causa. Os inquéritos por questionário foram realizados pela própria pesquisadora, sendo previamente combinadas com os participantes, de acordo com a disponibilidade e preferência dos mesmos. Os dados adquiridos nas entrevistas foram reunidos e analisados, divididos em categorias, em seguida foram seleccionados os trechos das narrativas mais pertinentes a investigação e confrontados com a teoria. Posteriormente, foi produzida uma síntese para a apresentação e discussão dos resultados.

3.6 Análise de dados

Após a pré-análise do material colectado, foi conduzida a exploração do material que consistiu essencialmente numa operação classificatória, onde foram buscadas categorias, que são expressões ou palavras significativas que mais aparecem, em função das quais os conteúdos serão organizados; é um processo de redução do texto em palavras significativas. A seguir será feita a interpretação das narrativas inter-relacionadas ao quadro teórico, podendo ocorrer novas proposições a serem exploradas.

4. DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste ponto do trabalho, reservamos para os dados obtidos na realização dos inquéritos por questionário efectuado aleatoriamente aos Municípes da Caála.

4.1 Análise e interpretação dos resultados do inquérito aplicado aleatoriamente

Para o diagnóstico do problema, foi aplicado um inquérito por questionário efectuado aleatoriamente a 35 residentes do Município, escolhidos de forma intencional. Assim, estruturamos as seguintes perguntas retiradas nos inquéritos por questionário:

QUESTÃO Nº1

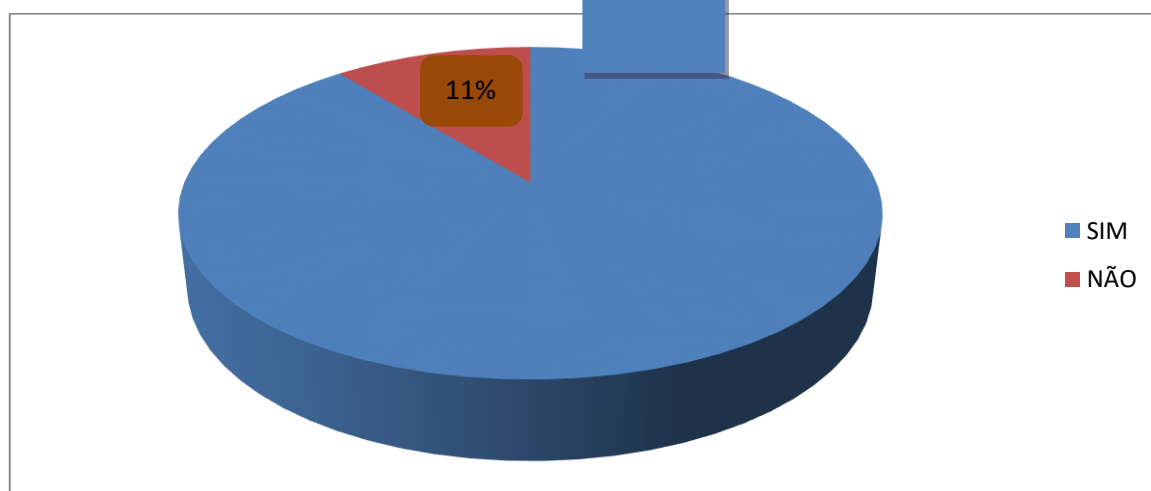
Tabela 1 Idades dos inquiridos

IDADES	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
25	15	25%
30	15	25%
33	5	20%
35	10	30%
TOTAL	45	100%

Fonte: (Autor 2023)

QUESTÃO Nº-2-Achas necessário a criação de um centro infantil no Município?

Gráfico 1 Achas necessário a criação de um centro infantil no Município?



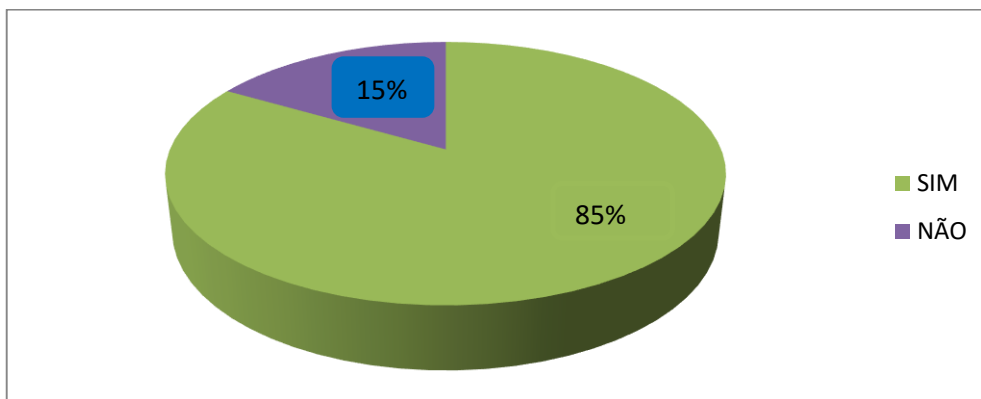
Fonte: (Autor 2023)

Conforme espelha o gráfico, 89% das amostras obtidas na pergunta dirigida aos moradores da Caála, responderam positivamente na criação de um centro infantil. Desta forma, os Centros Infantis possuem um papel muito importante em nossa sociedade, contribuindo na

função de cuidar e educar as crianças que seus pais andam muito ocupados. Estes Centros passam cerca de oito horas diárias cuidando das crianças enquanto os pais trabalham.

QUESTÃO N^o3-Levarias teu filho para um centro infantil, por falta de tempo?

Gráfico 2Levarias teu filho para um centro infantil, por falta de tempo?

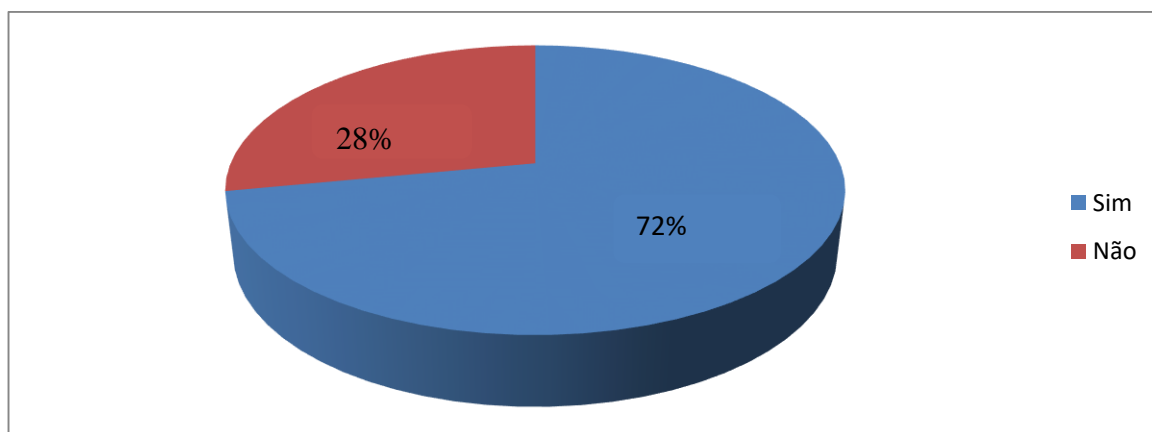


Fonte: (Autor 2023)

Com base aos resultados do gráfico, 85% dos moradores inqueridos responderam que sim, levariam seus filhos no centro infantil por falte de tempo para estares com eles. Deste modo, verificamos os moradores precisam bastante os serviços que um centro infantil presta.

Questão n^o3- os centros infantis contribuem para o desenvolvimento social e económico para o Município?

Gráfico 3 os centros infantis contribuem para o desenvolvimento social e económico para o Município?



Fonte: (Autor 2023)

Quanto a esta questão, 72%, responderam que os centros infantis contribuem para o desenvolvimento social e económico para o Município. Como pontuam Corsino e Nunes

(2010), há uma série de desafios a serem superados pelos municípios, quanto ao processo de educação nas creches e pré-escolas no sentido de se avançar de uma perspectiva assistencial para uma acção pedagógica que venha a, sobretudo, articular cuidado e educação. Ainda no que se refere à educação infantil, destacamos a efectivação do princípio de gestão democrática nas instituições de ensino.

Questão nº4-Há uma diferença entre a creche e jardim-de-infância?

R: Segundo os dados obtidos pelo Coordenador o Sr. Bernardino Sambala, de um dos centros existentes na Província do Huambo, mas residente no Município da Caála. A creches comportam criança desde as idades que vão desde os 0 a 3 anos de idade e para o jardim da infância com as idades que vão desde os 3 anos de idade até 5 anos de idade

Questão nº5-Qual é o impacto que o centro infantil trará para o Município?

R: O centro trará um impacto muito grande porque vai acolher as crianças daqueles pais que pretendem ir ao trabalho e não sabem com quem deixar seus filhos, assim sendo, terá um impacto educativo muito grande porque as crianças ao invés de estarem na rua sem o cuidado de um adulto e correrem vários perigos e estarão num centro com mais segurança e cuidados.

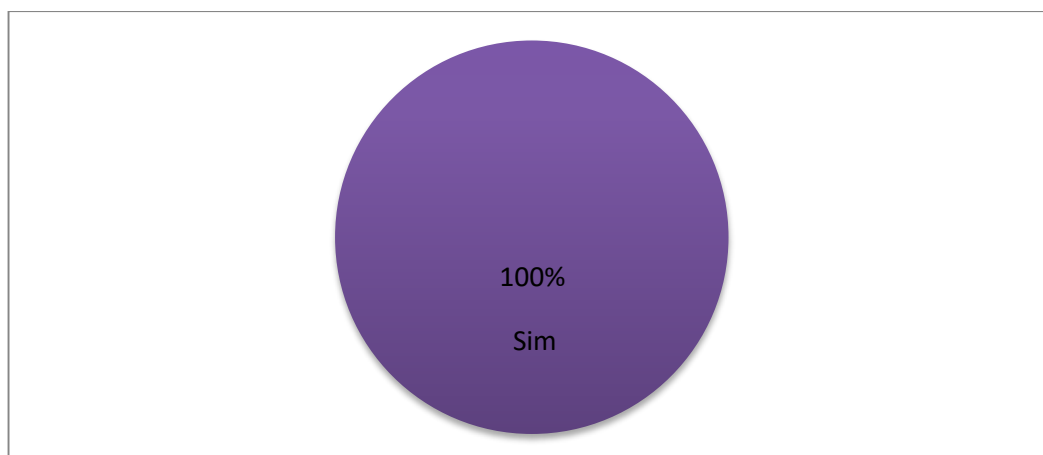
Questão nº6- O que é necessário que tenha num centro infantil?

R: 1º uma boa estrutura física e que seja dividida em: sala de aulas, 1 refeitório 4 berçários ou mais a depender da demanda, 5 dormitórios, 6 salas de actividades desportivas e um jardim.

2º Estrutura humana: 1 director geral, 1 director pedagógico, 1 director administrativo, 1 director de planos de saúde, 4 educadoras, isto é a depender da demanda, 4 empregadas de limpeza, 4 cozinheiras que cuidam da alimentação das crianças, 1 pediatra, 1 nutricionista, 1 segurança, 1 psicólogo, em desenvolvimento infantil, 1 historiador, 1 especialista em jogos, 1 turno que é responsável pelos horários, 1 jardineiro e 3 vigilantes.

Questão nº7-O centro infantil proporcionará alguns benefícios para os munícipes?

Gráfico 4 O centro infantil proporcionará alguns benefícios para os munícipes?

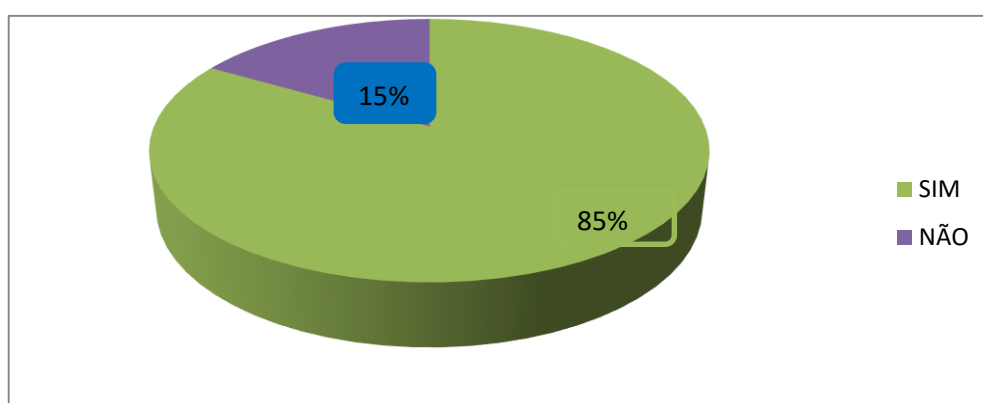


Fonte: (Autor 2023)

Lê-se no gráfico e na tabela que 100% dos moradores, responderam que o centro infantil proporcionará alguns benefícios. Desta feita, a criança colocado num centro infantil, facilmente conseguirá a desenvolver do ponto de vista social, pois adquirirá o hábito de conviver em sociedade. Ademais, o centro infantil oferecerá empregos para muita gente do Município.

QUESTÃO Nº8-Trabalhariás como uma educadora num centro infantil?

Gráfico 5Trabalhariás como uma educadora num centro infantil?



Fonte: (Autor 2023)

Com base aos resultados do gráfico, 85% dos moradores inqueridos responderam que sim e a resposta dos inqueridos nos faz crer que com a implementação do centro minimizaria o nível do desemprego no Município da Caála e os moradores acham valoroso a função que lhes pode ser atribuída no centro infantil.

5. PROPOSTAS DE SOLUÇÕES

Como proposta de soluções, temos a frisar que em primeira instância criaremos um centro infantil, para mitigar os vários constrangimentos que certos pais e encarregados de educação enfrentam no que tange aos cuidados dos seus filhos. Assim, o centro estará caracterizado da seguinte forma:

O centro será denominado por:” Paraíso da Infância da Caála”. O centro funcionará da seguinte forma: Terá uma estrutura de mais ou menos 10 salas, nas quais terá 6 Gabinetes, 1 secretaria 1 sala de recepção dos encarregados. 2 WC, 2 cozinhas, 1 jardim ou parque infantil. Quanto ao quadro pessoal, contrataremos 30 munícipes que serão distribuídos em diferentes áreas e estará a funcionar em um turno. O centro vai contribuir no desenvolvimento socioeconómico do município e diminuirá minimamente o índice de desemprego na comunidade.

O centro estará instalado no município da Caála, tendo como os seguintes pontos: A Este encontra-se o mercado principal, a Oeste a escola nº1, a Norte o Comité municipal do MPLA e a Sul O Instituto médio normal da educação (IMNE).

Com o presente projecto do PFC-Município, temos as seguintes soluções:

Criaremos acções motivacionais para a capacitação e formalização do quadro pessoal do centro, criaremos parcerias com instituições académicas e demais entidades de suporte aos micro e pequenos empreendedores, além do reforço de uma fiscalização de cunho educacional e construtiva.

6. CONCLUSÕES

Para finalização deste estudo, propõe-se a pensar nas instituições infantis em seu principal objectivo: "o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social seja, além dos cuidados físicos, a Educação Infantil destina-se a proporcionar condições para o desenvolvimento cognitivo – simbólico, emocional e de relação social da criança.

Podemos perceber que a Educação Infantil é fruto de uma construção histórica, relacionada com as transformações sociais ocorridas em nosso país, principalmente com a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Seguindo os procedimentos metodológicos apresentados em secção própria, procedeu-se à recolha de dados, sua análise, descrição e interpretação, esperando ter contribuído para o saber no domínio do envolvimento e auto conceito dos educadores de infância angolanos, salvaguardando duas limitações específicas encontradas no desenvolvimento deste estudo:

1. Os constrangimentos tidos na distribuição e recepção pessoal do questionário;
2. A estrutura global do questionário que, dada a sua extensão, levou a hesitações iniciais no preenchimento por parte dos moradores do município da Caála.

A educação e cuidados de qualidade na primeira infância geram benefícios para todo o sistema educativo e ganhos sociais e económicos. Isto significa que as crianças saudáveis, bem nutridas, estimuladas física e cognitivamente e num bom ambiente afectivo e social, estão mais preparadas para as aprendizagens subsequentes, desenvolvem competências para a empregabilidade, terão mais igualdade de oportunidades e serão cidadãos activos e socialmente úteis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 1: Introdução.

CAMPOS, M. M; ESPOSITO, V. L. Entre os planos e a realidade: desigualdades no acesso ao início da educação básica. Versão preliminar. Caderno Cedes, Unicamp, fev./mar., 2011, p. 1-16.

CORSINO, P.; NUNES, M. F. R. Políticas públicas universalistas e residualistas: o desafio da educação infantil. Anais da 33a Anped, GT 07 – Educação da criança de zero a seis anos. Caxambu, 2010. Disponível em < <http://www.anped.org.br/33encontro/internas/ver/trabalhos-gt07>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

FERREIRA, J. C.; CORRÊA, S. S. A dimensão democrática da elaboração do projeto político-pedagógico na Educação Infantil: relações e especificidades. Zero-a-seis, Florianópolis, v. 1, n. 27, jan./jun., 2013, p. 99-114.

FREITAS, D. E. G. (2014). O Combate ao Analfabetismo em Angola desde o Acordo de Paz (2002). Alfabetização e os seus Constrangimentos no Meio Rural (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal.

FREITAS, H. C. L. (2014). PNE e formação de professores, Contradições e desafios. Retratos da Escola, 8(15), 427-446.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa Ed. Paz e Terra. Col. Saberes, 36ª Ed. 1996.

GERHARDT, T. E.; TOLFO, D. *Métodos de pesquisa* Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GODOY, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. **Entrevista quantitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: Métodos de Coleta e análise de material empírico**

KUHMAN JR. Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2003.

MINAYO, Maria Cecília.Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008 .

OLIVEIRA, A. E. (2007). Os valores, o processo educativo e a prática docente. Educativa,

PINTO, C. C. C. (2009). Cultura Organizacional e Motivação numa Administração Pública em Mudança Estudo comparado de professores em Portugal e em Cabo Verde (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, Portugal. 2), 305-313.

REFERENCIAL Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF,1998, 1 v, 2 v e 3 v.

UNESCO, UNICEF, BM, PGE (2014). Análise do Sector da Educação: linhas metodológicas” – vol.2

UNESCO, 2016. Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação.

UNICEF, 2008. A transição dos cuidados na infância.

VIEIRA, L. M. F. A educação infantil e o plano nacional de educação: as propostas da CONAE. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, jul./set. 2010, p. 809-831.

VIEIRA, L. M. F. Obrigatoriedade escolar na educação infantil. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 9, p. 245-262, jul./dez. 2011.

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

ZAU, F. (2002). Angola - Trilhos do Desenvolvimento (Tese de doutoramento não publicada). Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.

ANEXOS



Figura nº1-Parte frontal da Administração da Caála

APÊNDICE Nº1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós estamos convidando-o (a), para participar de uma pesquisa intitulada: Proposta de criação de um centro infantil no município sede da Caála; esta pesquisa está sendo desenvolvida pela académica, Maria de Lourdes, vinculada no Instituto Superior Politécnico da Caála. Trata-se de uma pesquisa cujo objectivo é Criar um centro infantil para o bem da comunidade do município sede da Caála.. Durante a realização da entrevista, a previsão de riscos será mínima. Esses riscos serão de carácter emocional quando, ao responder as perguntas, você pode reviver experiências sofridas, ou se sentir constrangido em fornecer algumas informações. Os dados que você fornecerá serão confidenciais e divulgados apenas em publicações científicas, não havendo divulgação de nenhuma informação que lhe possa identificar. Esta pesquisa obedecerá aos cuidados éticos estabelecidos pelo comité de ética do ISP-Caála. Caso tenha qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa, você deverá contactar o Comité de Ética do ISP- Caála ou enviar um e-mail para:comité deticaisp@gmail.com. Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável. Eu, _____ após ter sido esclarecido sobre os objectivos, importância e o modo como os dados serão colectados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa.

Data: _____ / _____ / 2023

Assinatura do Orientador

Assinatura da estudante

Oseias Rigoberto Balu, Lic.

Maria de Lourdes